

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

THE STATE OF THE ART ON SUPERVISED INTERNSHIP: ANALYSES OF CBAS AND ENPESS

Adriana Ramos¹
Juan Carlos Siqueira Cardoso²
Vitória Régia Mesquita Café³

Resumo:

Este artigo apresenta o estado da arte da produção do Serviço Social sobre a temática do estágio supervisionado, a partir dos trabalhos publicados no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 2022) e no XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS, 2024). Seu objetivo é de capturar a concepção de estágio supervisionado além das principais questões que o constituem no que se refere aos desafios encontrados. Partindo do método do materialismo histórico, os dados extraídos da pesquisa bibliográfica e documental, foram analisados. A conclusão é que o estágio supervisionado e todos os processos que o constituem, como potencialidades, precisam intensificar sua qualificação no que diz respeito às funções do campo de estágio/espacos sócio-ocupacionais e da Universidade.

Palavras-chaves: estágio supervisionado; Serviço Social; formação profissional.

Abstract:

This article presents the state of the art of Social Work production on the theme of supervised internship, based on the works published at the XVII Brazilian Congress of Social Workers (CBAS, 2022) and the XVIII National Meeting of Researchers in Social Work (ENPESS, 2024). Its objective is to capture the conception of supervised internship

¹ Doutora e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em serviço social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora associada da Universidade Federal Fluminense, atuando na graduação e no Programa Serviço Social e Desenvolvimento Regional - campus do Gragoatá em Niterói. Líder do NEFSS/CNPq Universidade Federal Fluminense- UFF. E-mail: adriana.ramos.4791@gmail.com.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador-extensionista no NUEPESS/UFF e pesquisador CNPq no NEFSS/UFF. Integrante de grupos de estudos em Saúde Mental e do Coletivo Negro da UFF: juansiqueira02@gmail.com.

³ Assistente social graduada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestranda em Serviço Social pelo Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da UECE. Participante de pesquisa do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) da Universidade Federal Fluminense-UFF. E-mail: vitoria.mcafe@gmail.com.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

beyond the main issues that constitute it regarding the challenges encountered. Based on the method of historical materialism, the data extracted from the bibliographic and documentary research were analyzed. The conclusion is that the supervised internship and all the processes that constitute it, such as potentialities, need to intensify their qualification concerning the functions of the internship field/socio-occupational spaces and the University.

Keywords: supervised internship; Social Work; professional training.

Introdução

Este artigo é produto de reflexões desenvolvidas considerando minha inserção e experiência singular como supervisora acadêmica, na disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio (SAE) onde me deparei com questões desafiadoras para a formação profissional como a presença do conservadorismo no âmbito da atuação profissional, o excesso de atividades administrativas realizadas por assistentes sociais, a ausência de um processo de supervisão qualificado no campo de estágio além de um exercício de requisições socioinstitucionais equivocadas. Destas questões incômodas se derivou a necessidade de conhecer e analisar determinados elementos do estágio supervisionado, sendo esse debate agregado a pesquisa mais ampla, nomeada “Conservadorismo e Serviço Social: as influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional”, partindo do pressuposto de que estudar a profissão, também envolve problematizar criticamente o estágio supervisionado.

Durante o trabalho de pesquisa, identificamos que ainda é incipiente na literatura do Serviço Social, mesmo que se tenham avanços significativos e que não sejam poucos os esforços, o debate sobre o estágio supervisionado e sua indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Nossa busca se deteve em compreender qual concepção de estágio está presente nas produções e quais são as questões cotidianas que o atravessam, seja no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais, que se configuram como campos de estágio, seja no âmbito da disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio (SAE). Nesse horizonte, nos sentimos provocadas/os a pensar: o que as produções do Serviço Social estão discutindo sobre o estágio supervisionado? Consideramos sua relevância pois nos preocupamos com a formação profissional que em seu perfil, de acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (DC's ABEPSS, 1996) e com a

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

Política Nacional de Estágio (PNE, 2010), deve primar por um/a profissional crítico/a e propositivo/a, com capacidade de desvendar a realidade social. Com essas ponderações, buscamos identificar num conjunto de publicações em dois eventos considerados os mais relevantes para a categoria profissional, seja o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, como este debate está sendo realizado.

Uma das questões a ser colocada é: se o objetivo no processo de formação profissional é possibilitar uma formação crítica, interventiva e propositiva, em que medida estamos⁴ materializando esta proposta? Até que ponto, através da disciplina de SAE, que é espaço profícuo e aproximativo para debater sobre as questões que são apresentadas nos espaços socioprofissionais, conseguimos atingir essas reflexões? De que forma o conjunto das normativas que abordam a questão do estágio supervisionado se objetivam naqueles mesmos espaços? Até que ponto realmente o estágio supervisionado pode se constituir como uma ferramenta estratégica para contribuir com a consolidação do projeto ético-político no processo de formação profissional? Quais são os principais desafios do cotidiano profissional enfrentado por assistentes sociais? E quais são as estratégias que podem ser mobilizadas para este enfrentamento? Essas são algumas questões para que possamos pensar sobre nosso cotidiano profissional, sobretudo na relação com o projeto ético-político e os desafios contemporâneos que estão postos no contexto institucional.

Metodologicamente, a pesquisa de tipo qualitativa documental e bibliográfica, considerou como material de fonte secundária, os anais do XVII CBAS, 2022⁵ e do XVIII ENPESS, 2024. No CBAS, dos 1293 trabalhos, localizamos 381 do Eixo Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional e desses, 19 que contemplam a discussão de estágio supervisionado. No ENPESS, consideramos a modalidade de apresentação oral e no eixo Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional encontramos 1168 trabalhos, sendo 24 referentes a temática sobre estágio supervisionado, totalizando 43 textos. Para chegarmos no número de textos que abrangessem a temática a ser pesquisada, utilizamos

⁴ Nesse sentido é fundamental compreender o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo relacionado ao estágio: os supervisores de campo e acadêmico, bem como as/os estudantes que devem primar pela aproximação e articulação entre esses sujeitos ainda que existam particularidades nas atividades por eles exercidas.

⁵ O objetivo inicial era ter como material de pesquisa os Anais do XVI CBAS, mas devido a problemas técnicos referentes ao site no qual esse material estava disponível, não conseguimos terminar a pesquisa.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

os descritores “processo de supervisão” e “estágio supervisionado”. A partir da localização dos textos, estes foram distribuídos no grupo de pesquisa e lidos na sua totalidade com a seguinte questão norteadora: qual a concepção construída nos textos sobre o estágio supervisionado? Como procedimentos analíticos, buscamos: 1) captar as concepções de estágio presente no material analisado, tendo como ponto de partida a compreensão prevista na PNE e nos artigos, anteriormente lidos e debatidos, que versam sobre o tema; 2) elaborar um mapeamento sobre as compreensões dessa temática presente nos textos; 3) identificar quais outros elementos apresentavam destaque articulados ao debate do estágio supervisionado; 4) proceder a leitura acerca do que significa o estágio supervisionado no material compilado, para no caminho de volta, analisar os dados que foram extraídos do material pesquisado.

Desta forma o trabalho apresenta a seguinte estrutura: Num primeiro momento trazemos um breve panorama da conjuntura atual pois esta incide diretamente no Serviço Social, quando analisamos a profissão na história. Na sequência, apresentamos a discussão conceitual sobre o Estágio Supervisionado a partir da PNE (2010) e por último, os resultados das análises dos trabalhos do XVII CBAS (2022) e do XVIII ENPESS (2024) configurando, num primeiro momento, o estado da arte sobre esse debate.

1 Notas sobre a conjuntura atual: as repercussões para o trabalho profissional e os desdobramentos para o estágio supervisionado

No Brasil, as mudanças socioeconômicas e políticas decorrentes da ideologia neoliberal, consolidadas a partir dos 1990, se potencializaram no contexto do ultraneoliberalismo⁶, capitaneado pela ascensão da “nova direita”, sobretudo a partir dos anos de 2018, que traz para o país, uma conjuntura de crise que se expressa, por exemplo, na reforma da previdência e tributária, no ajuste fiscal, nas elevadas taxas de juros, no cumprimento de metas de superávit primário, nas privatizações, dentre outros, revelando uma nova política funcional à sociabilidade do capital. O Estado brasileiro, na sua essência capitalista, defende os interesses das elites economicamente dirigentes e delega ao conjunto da classe trabalhadora políticas

⁶ Compreendemos o ultraneoliberalismo como um: “[...] momento contemporâneo do modo de produção capitalista que conta com a ascensão de governos autoritários não apenas no Brasil, mas no mundo. Governos esses que intensificam a defesa do mercado capitalista e a restrição das despesas públicas. Neste caso, o neoliberalismo, para realizar mais ataques contra o pólo do trabalho, necessita do autoritarismo e do conservadorismo radical para se tornar “ultra” (Boffo; Saad-Filho, 2019, p. 248)

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

sociais, produto histórico da luta de classes, focais e superficiais que são duramente atingidas no contexto atual, o que tende a colocar em xeque o processo de democratização em prol do cumprimento da agenda ultraneoliberal. Assim, compreendemos que,

A face ultraneoliberal desconstrói as bases dos direitos sociais, políticos e civis fundamentais com maior densidade. Amplifica a centralidade no mercado, cria simbolismos a partir de um imaginário de normas em que tudo pode ser atingido sem limites, inclusive a ditadura no mundo real e virtual. Fomenta o declínio dos valores ético-políticos em nome do ‘progresso’, postula de maneira reducionista a democracia ou a destitui [...]. (Bellini; Cavalcante, 2023, p.82)

Nesse sentido, percebemos no ultaneoliberalismo a (ir)racionalidade que potencializa, para a classe trabalhadora, os efeitos mais deletérios do neoliberalismo e sendo uma exacerbação deste, ele operacionaliza a política da austeridade fiscal como projeto político-econômico. Na realidade brasileira, identifica-se mais uma expressão da crise estrutural do capital que por essas cercanias, apresenta configurações distintas das dos países de capitalismo central. Melhor dizendo, as consequências são mais deletérias pelo nível abissal das desigualdades sociais, na medida em que o objetivo é a maximização do lucro, o aumento da acumulação de capital e a apropriação privada da riqueza socialmente construída visando a ampliação da mais-valia.

Esse quadro produz e intensifica uma alta taxa inflacionária, índices potencializados de desemprego que atingiram a cifra de 14 milhões de pessoas, adensando o quadro histórico da pobreza no Brasil, tendo o país retornado para o mapa da fome, onde cerca de 30% da população atingiu níveis diferenciados, mas severos de pauperização por ausência de renda (Bellini e Cavalcante, 2023). Soma-se a esse fato, o crescimento da informalidade no mercado de trabalho, o analfabetismo, a radicalização dos arrochos salariais, pois “[...] a queda do rendimento de quem vive do trabalho, [...] caiu 8,7% nos doze meses anteriores a março de 2022 [...] [portanto], é esse o caldo para o crescimento da pobreza” (Mattos, 2022, p. 32). Esses movimentos do capital produzem um impacto significativo para o conjunto da classe trabalhadora em seus diversos segmentos, incidindo também na reconfiguração do mercado de trabalho, afetando a reprodução social dos(as) trabalhadores(as). Essa “desertificação neoliberal” (Antunes, 2005) contribui para que essa conjuntura tenha um rebatimento severo para o Serviço Social na sua dimensão de profissão assalariada, constituinte da classe trabalhadora, e por ser um dos profissionais que operacionalizam políticas sociais, que também são atingidas por impactos reducionistas sobretudo no que se refere a investimentos.

Nesta conjuntura, no âmbito do Ensino Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, em consonância com as normatizações e parâmetros dos órgãos

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

multilaterais, adequa o sistema educacional brasileiro às necessidades do capital internacional, veiculadas pelo conjunto de propostas da “reforma universitária” que asseverou a Educação como mais um nicho de mercado, incentivando o processo de privatização a largos passos. No sentido de agudizar ainda mais esse quadro de precários investimentos,

Durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), a política de educação seguiu sofrendo uma série de desmontes. O Relatório Final da Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação (MEC) entre os anos 2019 e 2022, elaborado durante a transição do governo Bolsonaro ao terceiro mandato do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023 – atualmente) indica que “inaptidão técnica, aversão ao diálogo e improviso fizeram parte do modus operandi do MEC durante a gestão Bolsonaro” (Brasil, 2022c). O documento destaca que o orçamento da educação decresceu anualmente de 2019 até 2022, com valores inferiores aos de 2015, indicando um cenário de descaso e fragilidade na condução das políticas educacionais [...] (Albuquerque e Barbosa, 2024, p. 3)

No que se refere à formação profissional do Serviço Social, tais propostas em curso fomentaram o aligeiramento da formação de nível superior, atendendo às demandas de um mercado de trabalho que ainda tem na profissão, a perspectiva da coerção e do consenso (ou empiricamente, de “exercer o controle e mediar de conflitos”). Ou seja, os espaços socioinstitucionais que contratam assistentes sociais, têm nas suas requisições, o objetivo de que esses profissionais exerçam seu trabalho na direção de amenizar as tensões institucionais “causadas” pelos usuários. Além dessa ação, também se solicita a realização de tarefas administrativas, sem que haja tempo disponível para mobilizar sua capacidade de questionamento e reflexões acerca do instituído. Segundo as análises acerca do material pesquisado, certamente, na atual morfologia do trabalho, onde prosperam o processo de terceirização, flexibilização e precarização das condições de trabalho, as modalidades de subcontratação ou até contratos temporários por projetos, se desdobraram em impactos que incidem nos campos de estágio, nos quais assistentes sociais exercem suas ações profissionais.

De acordo com a pesquisa realizada, as formas de reverberação dessa conjuntura se revelam em vários elementos como por exemplo: a ausência de recursos materiais, a superexploração e sobrecarga do trabalho das/os supervisoras de campo, as condições materiais objetivas de trabalho que estão cada vez mais precarizadas, a rotatividade de profissionais o que não permite uma continuidade do trabalho, e que atinge também o processo de supervisão, impactando o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Albuquerque e Barbosa (2024), esse conjunto de precarizações que se manifestam no cotidiano profissional de assistentes sociais, corrobora para o entendimento do estágio supervisionado, como mais um espaço burocrático, de mera reprodução do instituído, como uma formalidade, onde o processo de reflexão crítica não é estimulado.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

2 A concepção de estágio: considerações sobre o processo de ensino aprendizagem

Partindo da discussão acumulada acerca deste tema, e de acordo com as DC's da ABEPSS (1996), o estágio supervisionado é tido como uma atividade curricular obrigatória com uma dimensão pedagógica fundamental no processo de formação de assistentes sociais. A objetivação do estágio nos espaços sócio-ocupacionais, se encontra inserida numa realidade de tensionamentos e contradições, portanto essa imersão particulariza esse processo do estágio como um espaço dinâmico, na medida em que ali também se expressam as questões do cotidiano institucional no qual a/o discente se encontra. Como um momento fundamental no dinâmica de ensino aprendizagem, sobretudo no que diz respeito a compreensão efetiva da relação teoria e prática, ou seja, da necessária articulação dos conhecimentos teóricos com os saberes práticos, o estágio supervisionado expressa a síntese entre teoria e prática. Nesse sentido, a teoria se configura como o movimento de apreensão do real compreendendo que a prática a antecede, pois é neste campo que o objeto se desenvolve. Assim, a teoria congrega um conjunto de determinações que constituem o concreto e a prática onde esse concreto se objetiva, que é constitutivo e constituinte do objeto. Portanto a teoria é concebida como um mecanismo de análise do real, como o campo da possibilidade, enquanto a prática é concebida como campo da efetividade, onde reside o fundamento deste real que precisa ser desvendado da sua aparência (Santos,2010).

Com tais características, o estágio, como possibilitador deste processo de síntese, se constitui como um lócus privilegiado na formação profissional, como um espaço que contribui para a reflexão crítica sobre o trabalho profissional, destacando a natureza interventiva da profissão, pois é naquela seara que a/o discente se aproximará da realidade social. Segundo Góis *et all* (2023, p.132), por essa particularidade, o estágio supervisionado “[...] é um momento privilegiado [...] em que o discente tem a possibilidade de vivenciar a articulação da formação e exercício profissional e compreender a teoria e prática enquanto esferas indissociáveis, [...]” considerando que é neste espaço que terão contato com a realidade social e institucional, conhecendo-as no sentido de exercer sua capacidade intelectual para mobilizar a reflexão crítica e ir além da aparência dos fenômenos sociais, que se manifestam no cotidiano socioprofissional, buscando conhecer a essência deles.

Esse movimento de pensar o real se dá “[...] por meio de referenciais teórico-metodológicos e éticos-políticos, capazes de embasar escolhas técnico-operativas para

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

intervenções conscientes e comprometidas com valores emancipatórios” (Ferreira, 2019, p. 90). Na inserção no campo institucional, o estágio deve contribuir para a superação do caráter pragmático, imediatista e burocrático que muitas vezes se espraia pelo trabalho profissional. A finalidade da formação profissional - que se constitui “[...] de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nos seus três núcleos de fundamentação que congregam conteúdos como eixos articuladores da formação profissional pretendida [...]” (Forni, 2020, p.233) – tem o objetivo de formar sujeitos com capacidade crítica, analítica, interventiva e investigativa que possam construir conhecimentos a partir do enfrentamento das questões que estão postas no cotidiano institucional.

Partindo de um movimento reflexivo, o estágio supervisionado busca contribuir no processo de formação crítica da/o discente, de forma qualificada, exercendo sua capacidade analítica acerca da conjuntura política, social e econômica e sobre as determinações das expressões da “questão social”, para a compreensão da realidade na qual se encontra inserida/o. Assim, “o estágio se constitui num instrumento basilar [para a] apreensão dos elementos concretos e constitutivos da realidade social capitalista e suas contradições.” (Morsch; Lewgoy, 2019, p. 107). Logo, é priorizando esta concepção de estágio que analisamos o material pesquisado.

3 O estado da arte sobre estágio supervisionado: análise das produções do XVII CBAS e XVIII ENPESS

Na nossa compreensão, o CBAS pela diversidade de modalidades de trabalho, que apresenta desde relatos de experiência a reflexões teóricas, tem grande potencialidade para que assistentes sociais possam problematizar sobre as dificuldades e estratégias que encontram durante a sua atuação profissional nos espaços sócio-ocupacionais. E, mediante a isso, pensar como essa realidade posta, contribui para a constituição de novas frentes críticas, propositivas e com formas de resistências para o enfrentamento das questões que estão postas no cotidiano, sobretudo no que se refere às expressões da “questão social”, que se materializam nos espaços sócio-ocupacionais. E isso significa que as/os supervisoras/es (de campo e acadêmico) detém a dimensão e o perfil educativo da/o assistente social nesse momento, para direcionar essas problematizações no processo de estágio supervisionado.

Por outro lado, o ENPESS traz particularidades para se pensar a profissão partindo de

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

resultados de pesquisa, reflexões teóricas, que podem ou não serem constituídas a partir da realidade profissional de assistentes sociais em outros espaços de trabalho. Ressaltamos que não temos como premissa “ensinar a fazer”, mas temos como defesa um estágio de qualidade e com a compreensão da teoria e prática de forma indissociável, afinal como se tornar um/a profissional qualificado/a sem uma referência crítica que dê embasamento teórico para atuar? Retomando as demais questões que dirigiram essa pesquisa, elas se referem a quais principais desafios encontrados na totalidade do exercício do estágio supervisionado: o processo de supervisão, a análise institucional, a utilização de determinados instrumentos, estratégias mobilizadas pelo Serviço Social para o enfrentamento das questões que são postas no cotidiano institucional, o conhecimento acerca da população usuária atendida, a política a qual está vinculada a instituição, dentre outras. Assim, buscamos compreender como se objetivam tais questões⁷, a partir dos materiais produzidos que congregam a dinâmica do estágio supervisionado.

3.1 Sobre a concepção de estágio supervisionado e a sua relação no processo de formação profissional

Nos materiais do CBAS há uma variedade de concepções a respeito do estágio, como “compartilhamento de experiências”, “potencialização da atuação do assistente social”, “exercício da prática”, “vivência da realidade profissional”, dentre outros. Enquanto no ENPESS, temos definições como “central para formação”, “indissociável da prática”, “componente curricular obrigatório”, “um processo didático-pedagógico”. Veja, não há uma clara definição coletiva na produção desses materiais, e isso significa dizer que o estágio está num campo de disputa que nos revela compreensões que tendem a se afastar de uma formação sintonizada com os pressupostos da PNE (2010). Afinal, se é um processo formativo, compreender o estágio como somente um “momento de troca” ou “momento de observação” é abstraí-lo de sua complexidade/totalidade, impactando a formação profissional.

Por outro lado, também localizamos concepções sintonizadas com as diretrizes da PNE (2010), que compreendem o estágio como uma prática reflexiva, no seu caráter didático

⁷ Apesar de termos questões norteadoras, nem todas assumem destaque nas produções pesquisadas, portanto o que está considerado como substrato da análise, foi extraído desses materiais e examinados de forma crítica no sentido de contribuir para o processo de reflexão acerca desses elementos tão caros para o processo de formação profissional.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

pedagógico, indicando que esta inserção contribui para a melhoria dos aspectos teórico-metodológicos éticos-políticos e técnicos-operativo da/o estagiária/o. Mas, ainda que tenham esse entendimento, não há efetivamente uma problematização em até que ponto isso realmente ocorre. Como essa questão se objetiva na realidade institucional? Mesmo tendo o entendimento do lugar privilegiado do estágio, em que medida nos espaços socioinstitucionais ele se realiza desta forma? Ou seja, até que ponto o estágio está atendendo a sua perspectiva na formação profissional? Problematizar essas questões torna-se um esforço importante para pensar não exclusivamente nos obstáculos, mas construir formas estratégicas de como aproximamos o ideal do real (ainda que eles nunca sejam idênticos), pois entre este caminho, há uma série de mediações que precisamos captar e analisar na busca de construir propostas que assegurem que o estágio, seja majoritariamente, uma inserção qualitativa. Nesse mesmo conjunto, identificamos que apesar das diferenças entre esses artigos, há hegemonicamente uma compreensão clara da importância do acúmulo de leitura para a formação, ou seja, a relação entre teoria e a prática aparece de forma mais consistente. Mesmo que não discutam suas definições e formas pelas quais se entrelaçam, apontam que essa indissociabilidade é relevante para a análise da realidade social.

Para a perspectiva de análise marxista, o pensamento é algo indissociável do ser, dessa forma a consciência representa um momento teórico da vida do ser humano genérico, assim, quando pensamos na relação entre teoria e prática, não é possível haver dicotomia, ou até mesmo identidade entre uma e outra, mas sim uma vinculação inseparável, se configurando como a unidade na diversidade, como apresentado na introdução deste trabalho. Dessa forma é constantemente comum nos textos, a utilização do termo “identidade entre teoria e prática”, entendimento esse que foge de uma interpretação ontológico-social da realidade (Santos, 2007). Também dentro desse escopo, é que foi possível apreender com a leitura dos artigos, a existência da dificuldade de mediar a teoria e prática, e um exemplo disso manifesta-se nas construções textuais dos relatos de experiências que pouco costuram os elementos da realidade presentes nos campos de estágio, com os aportes teóricos que possam fornecer bases para compreender a realidade social. É uma tendência dos textos a realização de uma abordagem macrossocial da vida na sociabilidade de classes, apontando a regressão de direitos sociais e o avanço da potencialização das expressões da “questão social”, não ocorrendo uma análise da manifestação desses elementos na realidade, ou seja, o mergulho no campo não acontece de

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

forma efetiva. Construir um relato de experiência de estágio que não traga a imbricação entre teoria e prática, finda em uma realização equivocada da experiência formativa já que não coloca para a/o estudante, o exercício reflexivo necessário para desvelar as contradições impostas pela realidade dos campos de trabalho das/os assistentes sociais.

No que se refere Projeto Ético-Político (PEP), observamos uma lacuna expressiva acerca de seu entendimento na defesa de um compromisso com a população atendida, pois não há problematizações pela efetivação desse projeto na sua totalidade, num contexto tensionado como os campos de estágio. E, esse mesmo projeto precisa estar em constante discussão para que se estabeleça uma interlocução crítica com a realidade social e institucional. Identificamos que se manifesta uma fragilidade de compreensão sobre sua materialidade. O Projeto Ético-Político do Serviço Social é estruturado por bases sólidas, “ético-normativas e jurídicos-legais” (Braz, 2007, p.06), que são as DC’s da ABEPSS (1996), o Código de Ética de 1993, que conclamam o ideal político emancipatório da profissão, sobretudo nos seus princípios, e a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, sendo esses últimos os que se configuram como elementos jurídicos. Esse conjunto articulado, que contém um aspecto normativo, mas não só, pois detém uma dimensão ídeo-política, teórica-metodológica e ética, é que conferem a direção social da profissão, e que se manifestam na atual hegemonia profissional. Netto (1999, p. 4) aborda a concepção deste projeto, na medida em que os projetos profissionais contêm requisitos teóricos e práticos, a autoimagem da profissão que se articulam a valores e princípios que subsidiam seus objetivos.

Com a análise dos artigos observamos uma tendência de esvaziamento da constituição do PEP, na medida em que foram recorrentes vezes encontradas expressões como “ensinar aos estagiários a defender o PEP é fundamental” ou afirmar que “o fazer do estágio estaria sendo norteado pelo ideal desse projeto”. Essas frases suscitam a seguinte questão: como esse projeto é efetivado no cotidiano de um estágio em Serviço Social? Essa mediação necessária, entre o projeto e sua realização, precisa ser capturada e extraída do real, mas identificamos que ela não tem a devida problematização. Nos artigos analisados do CBAS, as/os profissionais partilham como a realidade profissional impede o momento de reflexão e orientação com os usuários dos serviços, e também como são contaminadas/os pelas demandas que requisitam uma intervenção pontual, imediatista, resolutiva de “problemas” e burocrática.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

Nas produções do ENPESS não foi possível localizar esse tipo de debate⁸, mas uma discussão aprofundada com teor de revisão bibliográfica, sem captar as intempéries da sociedade capitalista materializadas no cotidiano profissional a partir da experiência de assistentes sociais. O que queremos dizer com isso, é que há ausência de mediações entre o acúmulo teórico e as reflexões extraídas do cotidiano profissional. Exemplo desta análise pode ser correlacionada ao processo de supervisão, ou seja, em que medida essa dinâmica é construída? Como, no cotidiano de trabalho, ela se expressa? Até que ponto, com a sobrecarga de trabalho, que sabemos que esses profissionais têm, há espaço não só para a realização da supervisão, mas de seu próprio processo laborativo? Ao/A supervisor/a de campo cabe essa atribuição de problematizar as questões que se apresentam na realidade institucional e estimular a/o discente para realizar uma análise crítica e para tal é necessário que se recorra a textos, a um conjunto de normativas, ao conhecimento acerca da política social a qual aquele espaço sócio-ocupacional se vincula. E, cabe ao supervisor acadêmico “[...] a atribuição precípua de trabalhar as mediações que conectam os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos, políticos com as experiências que se realizam no campo de estágio [...]” (Guerra, 2016, p. 120). Mas não identificamos no material pesquisado, problematizações sobre o processo de supervisão.

3.2 Abordagem sobre os instrumentos: uma lacuna expressiva

Com relação ao debate sobre os instrumentos, fomos surpreendidas/os com a inexpressividade das problematizações acerca dos principais instrumentos de avaliação/composição do estágio, como: Plano de Estágio, Diário de Campo, Síntese Reflexiva/Relatório/Projeto de intervenção, avaliação do processo de estágio e autoavaliação, que são materiais de suma importância para se pensar a processualidade dessa formação e quais intervenções seriam necessárias para a sua melhoria. Nos trabalhos analisados identificamos a ausência de apresentação do Plano de Estágio,⁹ instrumento fundamental para subsidiar as ações da/o discente conforme a PNE (2010).

⁸ Consideramos como uma das relevâncias da pesquisa, na medida em que localiza a diversidade de reflexões que contém os referidos materiais.

⁹ Priorizamos abordar as questões que mais se destacaram apesar de considerarmos que na totalidade todas são relevantes, mas até pela natureza deste artigo não tínhamos possibilidade de estabelecer um diálogo crítico sobre todas elas.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

É notável também a falta da abordagem sobre o diário de campo, documento fundamental de registro que propicia o exercício da reflexão crítica da realidade. Com o diário de campo a/o estudante é convidada/o a problematizar questões acerca da imbricação das expressões da “questão social” com o fazer profissional do Serviço Social. Esse se manifesta no exercício de observar a realidade social, apreender quais são as demandas socioinstitucionais requisitadas ao profissional, quais aparatos jurídicos a/o assistente social deve acionar, quais atividades podem ser feitas junto a equipe multiprofissional do campo a qual a/o estudante e profissional estiverem inseridas/os. Portanto, compreendemos que o diário de campo, não se limita, ou não pode se limitar, ao aspecto meramente descritivo da realidade social e institucional, pois “[...] permite qualificar as ações profissionais [...] sistematizar [...] os processos envolvidos na intervenção profissional, assim como os elementos que orienta[m] tais ações, como referenciais teóricos, legais e políticos.” (Imperatori; Alencar, 2022, p.350). Em síntese, o instrumental do diário de campo coloca a/ao discente, uma oportunidade ímpar de realizar uma análise crítica da realidade social, capacidade essa que é fundamental para o exercício profissional do Serviço Social. O diário de campo tem uma relevância inclusive para contribuir na mobilização da postura investigativa, como um instrumento de pesquisa, na medida em que congrega, a partir de uma sistematização, uma reflexão acerca do cotidiano profissional (Imperatori; Alencar, 2022, p.355).

No que se refere ao plano de estágio, como uma prerrogativa da PNE (2010) que permite o planejamento das ações da/o estagiária/o quando inserida/o no campo de estágio, o consideramos como um documento que está para além de suas funções de caráter mais administrativo, como uma mera formalidade, na medida em que possibilita não só um conhecimento da instituição e das atribuições dos sujeitos envolvidos, mas pode vir a ser um instrumento que subsidie uma análise crítica da instituição. Nesse sentido ele é um dos pilares potenciais no processo de formação profissional crítica, desde que direcionado pelo Projeto Ético-Político, articulado ao compromisso estabelecido coletivamente com a dimensão pedagógica do estágio, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem. Este instrumento concretiza as atribuições dos sujeitos envolvidos (supervisoras/es e estagiárias/os) no processo, a dinâmica da supervisão, resguardadas as particularidades das funções do/a supervisor/a acadêmico/a e de campo, servindo como um primeiro alicerce a/ao estagiária/o para que se aproprie, ainda que de forma aproximativa, da realidade do campo de estágio. Assim, possibilita

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

conhecer a dinâmica institucional, as requisições socioprofissionais, os profissionais que compõem a equipe, os limites e possibilidades institucionais, seu processo histórico, suas finalidades e objetivos, bem como informações acerca da população que é por ela atendida e a política social a qual está vinculada.

Mais um elemento constituinte fundamental do plano de estágio, são as descrições das ações desenvolvidas pelo Serviço Social, ou seja, seu objetivo institucional, as demandas que lhe chegam, as diversas formas de abordar as questões que estão postas, os conhecimentos teóricos e saberes práticos necessários a intervenção profissional, o conjunto de respostas forjadas/construídas pelo Serviço Social às demandas dos usuários e da instituição, os principais instrumentos utilizados como entrevista social, grupos, visitas domiciliares, entre outros. Outra dimensão constitutiva se refere ao processo de avaliação que também engloba os três sujeitos do processo e que deve assumir uma perspectiva de horizontalidade e participação coletiva, que tem como objetivo, a análise sobre o processo de inserção, as reflexões realizadas, o amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da/o estagiária/o, respeitando as particularidades de cada fase do estágio.

3.3 Apropriação de determinados conceitos: disputa de hegemonia?

A pesquisa também demonstra que as instituições requisitam desses profissionais uma compreensão apartada da totalidade das contradições do próprio sistema capitalista e isso redireciona a leitura e a forma como se expressam na processualidade do cotidiano profissional. Ao invés de se apropriarem do conceito referente às expressões da “questão social”, para tratar desses aspectos, é muito recorrente as terminologias “vulnerabilidade social”, “risco social”, “exclusão social”. Isso significa ou que não há a apreensão do conceito de “questão social” ou que igualam esses termos, o que é mais preocupante teoricamente. Conforme análise do material, os termos como “vulnerabilidade” e “risco social”, por exemplo, muito utilizados pelas/os estagiárias/os em suas reflexões, apesar de amplamente divulgado e reproduzido pela maioria das/os profissionais, até por estarem contemplados em determinadas políticas sociais, tem suas origens em autores¹⁰ distintos do campo da tradição marxista. Esses conceitos omitem a luta de classes, o movimento contraditório da realidade social e seus tensionamentos.

¹⁰ Giddens (1991) em suas reflexões no livro “As consequências da modernidade”; Ulrich Beck(1997 em “Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade” e Rosanvallon (1998) em “A nova questão social”.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

Identificar que o usuário se encontra em “vulnerabilidade” significa retirar a sua potencialidade como sujeito histórico e atribuir a ele, uma concepção de fragilização ou daquele que precisa ser cuidado, o que vai de encontro aos valores, princípios, concepção de homem, mundo e sociedade contidos no projeto profissional crítico. Assim,

[...] As políticas sociais trazem de forma, muitas vezes não explícitas, concepções e conceitos que não convergem com os fundamentos teóricos e os princípios ético-políticos que alicerçam o projeto profissional crítico do Serviço Social. Como exemplo, podemos citar: “a perda da processualidade histórica” na análise da “questão social” e nas formas de enfrentar suas expressões, reduzindo-a ao risco e à vulnerabilidade social, ou atribuindo aos indivíduos a responsabilidade pela superação das condições de desigualdades vivenciadas quando, no trabalho social com famílias, destinam, especialmente às mulheres, a responsabilidade pelo ajustamento social pela via do cuidado e reforçam a família como provedora do “bem-estar social”.(Azevedo; Medeiros; Junior, 2025, p.102)

Com este entendimento, a perspectiva da cidadania e dos direitos se pulveriza para dar lugar a uma concepção que não contempla a luta de classes “[...] pois são tratados a partir de situações específicas [...] e não no processo de constituição e movimento das classes sociais na sociedade capitalista, dos determinantes estruturais que resultam na relação capital/trabalho”, (Schmidt, 2018, p.5). Essa condição de análise deve ser estimulada junto a/ao estagiária/o, no sentido de contribuir para sua formação crítica, incentivando-a/o ao exercício de analisar o que se encontra para além do nível da aparência de determinadas terminologias e conceitos, pois expressam uma referencialidade teórica. Portanto, essa problematização é importante e salutar a/ao estagiária/o para que possibilite seu conhecimento sobre as contradições da própria política social que muitas vezes se expressa a partir de determinados conceitos.

Empiricamente vem se percebendo que as referidas expressões são absorvidas e reproduzidas no nível do discurso pelas/os assistentes sociais, sem uma problematização sobre o que elas representam, sem um diálogo crítico sobre o significado de cada conceito, considerando que nossa referencialidade teórica se fundamenta no campo da tradição marxista, no qual os referidos conceitos são estranhos. Isso significa dizer que tais terminologias e expressões são oriundas de outros campos teóricos que não aqueles que subjazem à profissão. Majoritariamente não se configuram como nomenclaturas que se localizam no âmbito da emancipação política e humana. No material pesquisado encontramos também as expressões como “bem-estar”, “necessidades humanas de acolhimento sociofamiliar e emocional”, “dignidade humana”, o que reafirmam que há uma lacuna que está em constante expansão no cerne do Serviço Social, e isso significa dizer que a disputa pela hegemonia da profissão e a sua

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

reafirmção crítica sofrem cotidianamente tensionamentos que se apresentam de maneira mecanizada. A/ao estagiária/o, identificar esse movimento e essas questões é fundamental para a relação entre teoria e prática, para a não reprodução do instituído sem um questionamento propositivo, que deve ser incentivado pelas/os supervisoras/es.

Considerações finais

O estágio supervisionado se constitui num lócus privilegiado no processo de formação profissional, por isso a relevância de examiná-lo no sentido de buscar compreender quais são os elementos que o constituem na relação entre campo de estágio e Universidade, para que possamos primar por um processo qualitativo tendo como norte as DC's da ABEPSS (1996) e a PNE (2010). O trabalho de pesquisa identificou que o estágio supervisionado precisa ser tratado com mais atenção, seja pelas/os supervisoras/es de campo e acadêmicas/os, na medida em que é portador de uma potencialidade, já que se configura como um momento singular de aproximação das/os discentes com a realidade institucional e social.

O fórum de supervisores é um espaço estratégico para mediar as relações interinstitucionais, exercer debates sobre questões afins ao estágio, mas seria relevante a proposta de criação de outros momentos que aproximassem as/os supervisoras/es da Universidade, como uma via de mão dupla. Esse é mais um motivo para exercer um acompanhamento qualitativo do processo de estágio que envolve vários sujeitos e dentre eles, a coordenação de estágio também se configura como um local estratégico, que com todas as dificuldades diárias, precisa se distanciar das estruturas meramente administrativas e ter uma interlocução maior com a dimensão pedagógica. Assim, propor ações em conjunto com supervisoras/es e discentes, pode construir pontes que se tornem mais sólidas, ainda que reconheçamos as dificuldades relacionadas à ausência de recursos humanos, sobrecarga de trabalho, acúmulo de tarefas, dentre outras questões que acabam impedindo uma maior criatividade.

Durante a pesquisa identificamos que as condições objetivas materiais de trabalho aparecem pouco problematizadas, o que conhecemos certamente, que impacta o processo de estágio. Essa temática, por exemplo, na disciplina de SAE, assume uma dimensão importante na medida em que a problematizamos e mesmo que as realidades nacionais sejam distintas e guardem suas particularidades, o vilipêndio da classe trabalhadora é um fenômeno que nos

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

assola a todas/os. Ainda que as problematizações realizadas nos mostrem a realidade dos campos de estágio bem como a objetivação dos estágios supervisionados envolvendo os três sujeitos desse processo, não está no escopo uma abordagem fatalista. Ao contrário: a proposta é partir do real e do concreto, analisarmos as questões que desafiam o Serviço Social e trabalhar, de forma coletiva, na direção de amenizá-las ou suprimi-las. Nesse contexto, se torna ainda mais urgente uma formação com robustez teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que possamos construir estratégias de enfrentamento a estas questões que estão na pauta do dia e que se expressam no cotidiano das instituições. Uma das estratégias seria fomentar a qualificação no processo de estágio para que tenhamos propostas de intervenções que dialoguem criticamente com as intempéries do dia a dia, se colocando como uma tarefa no horizonte.

Portanto, este trabalho pretende contribuir para a reflexão crítica sobre um aspecto particular da formação profissional, com ênfase no estágio supervisionado, na medida em que o consideramos um espaço singular e rico de determinações que podem contribuir para a formação da identidade profissional, pois é neste espaço tensionado que a/o discente se aproxima da realidade. E mesmo com esse contexto obscurantista e adverso que vem sendo formado, isso nos desafia a sermos mais fortes para reafirmar a profissão nos seus marcos constitutivos legais, bem como nos seus posicionamentos e articulações políticos vinculados às DC's, solidificando e defendendo uma base político-pedagógica sedimentada na direção social da profissão e na defesa do projeto ético-político.

Referências

ALBUQUERQUE, M. de S. L. e BARBOSA, R. R. da S. Estágio supervisionado em serviço social no período pós-pandemia: novos desafios? **Rev. Katálysis.**, Florianópolis, v.27, 2024, ISSN 1982-0259, p.1-9, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e99859>.

ANTUNES, R. A desertificação neoliberal. Campinas: Autores Associados. 2ª edição, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: Abepss**. Brasília (DF), 2010. Disponível em pdf em 03 ago. 2025.

Disponível em:

https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311145368198230.pdf.

O ESTADO DA ARTE SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ANÁLISES DO CBAS E ENPESS

AZEVEDO, E. E. B. de; MEDEIROS, M. S. S. de; JUNIOR, R. P. F.. **Crise capitalista, conservadorismo e suas implicações ao Serviço Social Brasileiro**. Neoconservadorismo e serviço social [livro eletrônico]: reflexões, polêmicas e questões atuais / organização FORTI, V; MENEZES; MENEZES. 1. ed. , Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2025. p 1-356.PDF Vários autores. Disponível em: <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2025/02/Neoconservadorismo-e-Servi%C3%A7o-Social-reflex%C3%B5es-pol%C3%AAmicas-e-quest%C3%B5es-atuais.pdf>.

BELLINI, M. I. B. e CAVALCANTE, L. de L. Saúde mental em tempos de Ultraneoliberalismo. **Argum.**, Vitória, v. 15, n. 3, p.79-94, set./dez.2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i3.40036>.

BRAZ, M. et al. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, v. 10, p. 4-10, 2007.

FERNI, M. F. Estágio Supervisionado em Serviço Social: a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 225-240, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n39p225-240>.

GÓIS, G. B.; FEITOSA, E. E. A.; SEVERINO, M. P. S. R. S. Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social e Processo Formativo: Rebatimentos na Atualidade – **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro - maio/ago 2023, n. 52, v. 21, p. 123 – 135. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75945>.

GUERRA, Y. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa**. In: A Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p.101-124. (Coletânea nova de Serviço Social).

IMPERATORI, T. K; ALENCAR, L. C. “Por que você usa um caderninho?” Reflexões sobre o Diário de Campo no cotidiano do Serviço Social. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros (MG), volume 6, número 1, jan./jun. 2022. I ISSN 2527-184, p. 349-361. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rssp.202218>.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SANTOS, C. M. dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre a teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SCHMIDT, J. A. de C. Reflexões sobre as bases conceituais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 2018. Espírito Santo. **Anais do XVI ENPESS**. Vitória: UFES, 2018, p.5, Disponível em: <https://abepss.org/enpess-anais/paginas/enpess-2018>.